

DEMOCRACIA EM TEMPOS DIGITAIS: A INFLUÊNCIA DAS NOVAS MÍDIAS SOCIAIS NA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS E A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA

DEMOCRACY IN DIGITAL TIMES: THE INFLUENCE OF NEW SOCIAL MEDIA ON YOUTH POLITICAL SOCIALIZATION AND THE IMPORTANCE OF MEDIA LITERACY

¹ Luana Botosso Salomão

² Noéli Zanetti Casagrande de Souza

³ Roselaine Pupin

RESUMO

Este artigo analisa o papel estratégico da alfabetização midiática e informacional no enfrentamento aos discursos de ódio, às *fake news* e à desinformação no ambiente digital. Parte-se da contextualização da socialização e da cultura política dos jovens na contemporaneidade, com ênfase nos impactos das novas mídias sociais nesse processo formativo. Em seguida, discute-se o papel da mídia tradicional e das plataformas digitais na era da pós-verdade, destacando a influência da personalização algorítmica, da polarização ideológica e da desinformação na construção da opinião pública. A alfabetização midiática e informacional é apresentada como o desenvolvimento de competências críticas, éticas e responsáveis no uso das tecnologias e no consumo e produção de conteúdos informacionais. Por fim, argumenta-se que o fortalecimento de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à alfabetização midiática e informacional é fundamental para formar cidadãos mais conscientes, resilientes e engajados, contribuindo, assim, para uma internet mais segura, plural e democrática.

Palavras-chave: Alfabetização Midiática e Informacional; Socialização Política; Mídias Sociais; Democracia.

ABSTRACT

This article analyzes the strategic role of media and information literacy in combating hate speech, fake news, and misinformation in the digital environment. It begins by contextualizing the socialization and political culture of contemporary youth, with an emphasis on the impacts of new social media in this formative process. Next, it discusses the role of traditional media and digital platforms in the post-truth era, highlighting the influence of algorithmic

¹ Luana Botosso Salomão (luana.salomao@sou.unaerp.edu.br): Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Advogada.

² Noéli Zanetti Casagrande de Souza (nzsouza@unaerp.br): Docente da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela UNAERP e doutoranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela mesma instituição. Coordenadora do projeto de extensão "Literacia e Direito no Ambiente Digital". Advogada.

³ Roselaine Pupin (rpupin@unaerp.br): Docente da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), doutoranda em Direitos Coletivos e Cidadania. Coordenadora do "Clube de leitura para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos prisionais".

personalization, ideological polarization, and misinformation on the construction of public opinion. Media and information literacy is presented as the development of critical, ethical, and responsible competencies in the use of technologies and in the consumption and production of informational content. Finally, it is argued that strengthening public policies and pedagogical practices focused on media and information literacy is essential to forming more conscious, resilient, and engaged citizens, thereby contributing to a safer, more plural, and democratic internet.

Keywords: Media and Information Literacy; Political Socialization; Social Media; Democracy.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era em que a informação circula em velocidade sem precedentes, atravessando fronteiras físicas e sociais. A célebre máxima de Francis Bacon — “conhecimento é poder”, nunca foi tão atual quanto na contemporaneidade marcada pela centralidade das mídias e pela digitalização da vida cotidiana. Os meios de comunicação, ao longo da história, sempre desempenharam papel estratégico na construção de narrativas, na legitimação de discursos e na formação da opinião pública. Contudo, com a ascensão das plataformas digitais, esse papel se complexificou, alterando profundamente as dinâmicas de socialização política, especialmente entre os jovens.

Grande parte da juventude do século XXI é considerada nativa digital. São indivíduos que cresceram imersos em tecnologias e redes conectadas, dominando com facilidade o uso de dispositivos e plataformas digitais. No entanto, como alerta Danah Boyd (2014), a ideia de nativos digitais pode ser enganosa e até prejudicial, pois tende a obscurecer os desafios reais enfrentados por esses jovens. O simples domínio técnico não garante a capacidade de compreender criticamente os conteúdos consumidos ou de interpretar os significados subjacentes aos artefatos midiáticos. De fato, estar familiarizado com o uso das mídias sociais não implica necessariamente possuir as habilidades analíticas, éticas e reflexivas exigidas pela vida em rede.

Em 2024, aproximadamente 159 milhões de brasileiros acessaram a internet. Dentre eles, 95% dos jovens com idade entre 16 e 24 anos estavam conectados, em contraste com apenas 59% dos indivíduos com 60 anos ou mais, evidenciando uma significativa diferença geracional no acesso e uso das tecnologias digitais (Storino, 2024). Esses dados revelam o protagonismo dos jovens no ambiente digital e evidenciam a emergência de uma nova cultura marcada por interações mediadas por tecnologias, circulação constante de informações e dinâmicas de produção colaborativa de conteúdo.

Conforme destaca Cerigatto (2020), esse novo cenário exige a apropriação de competências específicas que permitam a atuação cidadã crítica, informada e participativa. A cultura participativa, portanto, não se resume ao acesso às tecnologias, mas pressupõe uma alfabetização midiática e informacional que capacite os sujeitos a compreender os sentidos dos conteúdos e as estruturas de poder por trás da comunicação contemporânea.

Nesse sentido, a alfabetização midiática e informacional se apresenta como uma via fundamental para o desenvolvimento dessas competências. Segundo David Buckingham (2016), trata-se de promover um ensino mais reflexivo, que permita aos estudantes pensar criticamente sobre sua atuação como consumidores e produtores de mídia, reconhecendo os fatores sociais, políticos e econômicos que moldam os processos comunicacionais. Ao integrar esse olhar crítico ao cotidiano educacional, torna-se possível ampliar a consciência dos jovens sobre seu papel na esfera pública e fomentar práticas comunicacionais mais éticas e democráticas.

Diante disso, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel dos meios de comunicação na socialização política juvenil em tempos de hiperconectividade e desinformação, evidenciando a importância da alfabetização midiática e informacional como instrumento de fortalecimento da democracia. Ao analisar as potencialidades e os desafios do ambiente midiático contemporâneo, busca-se compreender como formar cidadãos críticos, conscientes e ativos em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias da informação.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram selecionadas produções acadêmicas, relatórios institucionais, legislações e dados estatísticos recentes que tratam dos temas relacionados à educação digital, alfabetização midiática e informacional, socialização da política na juventude e as novas mídias sociais. A seleção dos materiais teve como critério a relevância teórica e atualidade das fontes, permitindo a construção de uma análise crítica e interdisciplinar sobre os impactos das mídias digitais na formação cidadã e no fortalecimento da democracia.

1 SOCIALIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA DE JOVENS

A socialização política é comumente compreendida como um processo contínuo por meio do qual os indivíduos assimilam normas, valores e tradições políticas predominantes

em determinada sociedade. Trata-se de um fenômeno dinâmico, que se desenvolve ao longo de toda a vida do sujeito, sendo sensível a mudanças contextuais e geracionais (Baquero, 2007). Conforme Schmidt (2000, p. 56), trata-se do “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. De modo semelhante, Easton e Dennis (1967, p. 7) definem a socialização política como o conjunto de processos através dos quais os indivíduos desenvolvem orientações políticas e padrões de comportamento vinculados à vida pública.

Estudos sobre o tema demonstram que a socialização política pode ser abordada tanto como variável dependente quanto como variável independente. Quando tratada como variável dependente, as investigações tendem a analisar fatores que explicam as diferenças de socialização entre distintos sistemas políticos, bem como a eficácia relativa de diversos agentes socializadores. Por outro lado, ao ser concebida como variável independente, a socialização política é examinada em termos de sua contribuição para o fortalecimento e estabilidade dos sistemas democráticos, além de seu papel na formação de sujeitos politicamente engajados e conscientes.

Diversos agentes são reconhecidos no processo de socialização política, como a família, os pares (amigos), grupos associativos, instituições escolares, meios de comunicação e, mais recentemente, as redes digitais. A literatura clássica atribuiu à família um papel central, especialmente durante a infância, ao considerar que as primeiras experiências e percepções políticas moldadas nesse núcleo tendem a influenciar atitudes futuras. Contudo, pesquisas posteriores deslocaram esse foco ao demonstrar que, embora significativa, a influência familiar não é, por si só, determinante. De acordo com Beck (1977), o impacto da socialização política no âmbito familiar tende a ser reduzido em contextos onde não há o mínimo de capital econômico e cultural necessário para a construção de uma consciência política cidadã.

Nesse sentido, as escolas ganham destaque como espaços privilegiados de socialização política, sobretudo por sua capacidade de promover saberes, desenvolver o pensamento crítico e formar identidades políticas. Com isso, os estudos contemporâneos passaram a considerar que o processo de socialização política não se limita à infância, tampouco ocorre de forma linear. Tal ampliação analítica permitiu que jovens e jovens adultos se tornassem objeto central das pesquisas, considerando que os processos de formação política ocorrem em múltiplos espaços, desde o ambiente escolar e familiar até o local de trabalho, vizinhança e, de forma crescente, nas novas mídias sociais.

Nesse contexto, Wasburn e Covert (2017) identificam cinco abordagens teóricas centrais que procuram compreender o processo de socialização política, bem como a atuação de seus diferentes agentes ao longo do tempo. A primeira abordagem enfatiza a persistência dos valores políticos adquiridos na infância, destacando o papel preponderante da família como principal agente formador nesse período inicial da vida. A segunda perspectiva, denominada aprendizagem ao longo da vida, propõe que a socialização política é um processo contínuo, no qual a idade do indivíduo não constitui um fator determinante. Nessa linha, as crenças políticas são moldadas conforme as instituições e experiências predominantes em momentos específicos da trajetória de vida, como situações de desemprego, engajamento profissional ou crises socioeconômicas.

A terceira abordagem teórica, conhecida como a perspectiva dos anos marcantes, sustenta que determinados eventos históricos e transformações sociais impactam coletivamente uma geração, independentemente de uma vivência direta ou consciente desses acontecimentos. Tais eventos passam a compor o imaginário coletivo e, por isso, influenciam padrões de comportamento político. Já a perspectiva do ciclo de vida, que emergiu nos anos 1970, argumenta que os indivíduos vivenciam distintas formas de socialização política conforme seus estágios de vida. Um exemplo frequentemente citado refere-se ao contexto norte-americano, no qual indivíduos aposentados tendem a apoiar políticas públicas voltadas à seguridade social, em função de sua dependência direta desses benefícios, o que os torna, paradoxalmente, menos conservadores em relação à atuação do Estado (Wasburn e Covert, 2017).

Os autores apontam que, a partir da década de 1990, observa-se uma ausência de paradigma dominante na literatura sobre socialização política. É nesse cenário que se desenvolve a quinta abordagem chamando de modelo do curso de vida (Wasburn e Covert, 2017). Essa abordagem reconhece que os indivíduos estão expostos, ao longo da vida, os diferentes agentes socializadores como família, escola, mídia e redes sociais — cuja influência pode variar em intensidade, duração e eficácia. O modelo considera ainda a influência de fatores como identidade social (gênero, raça, classe social), grau de desenvolvimento cognitivo e níveis de sofisticação política, os quais modulam a receptividade e a assimilação de valores políticos ao longo da trajetória individual.

No mesmo sentido, Beck (1977) propõe que o processo de formação de atitudes políticas se dá em três fases: exposição, comunicação e receptividade. No início da vida, a exposição à família representa a principal fonte de socialização política; no entanto, essa influência tende a ser diluída à medida que o indivíduo passa a interagir com novos espaços institucionais, como a escola. A fase da comunicação refere-se à circulação de conteúdos e

valores políticos por meio de interações mais diretas, como conversas e debates, mas também inclui formas indiretas, como a observação de comportamentos de figuras de referência, entre elas professores e lideranças comunitárias (Powell *et al.*, 2015). Já a fase da receptividade está relacionada à abertura do indivíduo para absorver as mensagens dos agentes socializadores, sendo influenciada tanto pela qualidade do vínculo afetivo estabelecido quanto pelo momento da vida em que essa interação ocorre. Assim, quanto maior a proximidade e a relevância emocional do agente, maior será seu potencial de influência.

Na contemporaneidade, marcada por um contexto de globalização acelerada e hiperconectividade digital, observa-se a emergência de novos agentes de socialização política, com destaque para a internet e as novas mídias sociais. Contudo, o aumento do acesso à informação não tem sido necessariamente acompanhado por um avanço proporcional na consciência política ou na capacidade crítica dos usuários. Moraes (2017) alerta para o papel ambivalente da internet: ao mesmo tempo em que oferece múltiplas fontes de informação, também facilita a disseminação de conteúdos desinformativos, reforçando a polarização ideológica e contribuindo para a consolidação da era da pós-verdade.

Entre os jovens, essa transformação tem sido particularmente significativa. A presença constante das mídias digitais configura um novo espaço de socialização cotidiana, muitas vezes mais presente que a própria escola ou o convívio familiar. A juventude passa a conviver com um agente socializador onipresente e móvel, acessível a qualquer momento, bastando um simples toque na tela do celular. Essa mudança impacta diretamente a internalização de valores políticos e éticos, sobretudo quando não acompanhada de instrumentos de educação crítica e letramento digital.

2 O PAPEL DAS NOVAS MÍDIAS SOCIAIS NA DEMOCRACIA

A célebre máxima de Francis Bacon (2006 [1605]) — “conhecimento é poder”, permanece atual e profundamente pertinente para compreender o papel histórico dos meios de comunicação como instrumentos de poder. Desde o surgimento da imprensa escrita, passando pela radiodifusão e televisão, esses meios tradicionais de comunicação de massa foram se estruturando sob uma lógica de concentração econômica e editorial. Em diversas partes do mundo, essas estruturas estão sob o controle de elites político-econômicas, locais ou transnacionais, o que compromete a diversidade de vozes e perspectivas, influenciando a socialização política (Mattelart, 2005).

A difusão da internet, especialmente das novas mídias sociais — como Facebook, Instagram, TikTok, YouTube — e dos serviços de mensageria, como Telegram e WhatsApp, tem impactado de maneira substancial e acelerada as estruturas e práticas da socialização política contemporânea. Segundo a pesquisa TIC Domicílios (IBGE, 2024), cerca de 159 milhões de brasileiros acessaram a internet em 2024, representando 84% da população. A penetração é maior nas áreas urbanas (85%) do que nas zonas rurais (74%), com destaque para o uso elevado entre jovens de 16 a 24 anos (95%). O Brasil ocupa ainda o segundo lugar no ranking mundial de tempo médio diário de navegação, com 9 horas e 13 minutos diários conectados, de acordo com a ONG *We Are Social* (2024).

Essa hiperconectividade impulsionou uma nova etapa na socialização política, marcada por redes horizontais, comunicação descentralizada e acesso simultâneo a múltiplas fontes de informação. De acordo com Castells (2003), essa nova estrutura comunicacional dá origem a uma sociedade em rede, na qual as relações interpessoais, a política e a cultura são mediadas por tecnologias digitais que operam de forma veloz e não hierárquica. O conceito de “aldeia global”, proposto por McLuhan (1994), torna-se ainda mais tangível nesse contexto, ao descrever um mundo em que as barreiras geográficas, temporais e culturais se tornam cada vez mais tênues.

Enquanto instituições como a família e a escola atuam como agentes diretos de socialização política, os meios de comunicação exercem uma função mais sutil e indireta, porém extremamente eficaz. Eles constroem narrativas, selecionam temas e personagens públicos, e influenciam a formação de juízos de valor sobre o que é relevante ou legítimo no campo político. Segundo Fonseca (2011), embora reivindiquem imparcialidade jornalística, diversos estudos indicam que esses meios frequentemente expressam intencionalidades editoriais, moldando a percepção pública de maneira seletiva e parcial.

Nesse sentido, autores como Dahl (1997) e Tilly (2007) defendem que uma mídia livre, plural e independente é um dos pilares das democracias consolidadas. A mídia, nesse contexto, deve cumprir o papel de fiscalizadora do poder, promotora do debate público e facilitadora da formação de uma opinião pública bem-informada. Contudo, como argumenta Mesquita (2018), ao invés de apenas informar, a mídia interpreta, enquadra e atribui sentidos às informações que transmite, atuando também como mediadora simbólica dos acontecimentos políticos.

Todavia, a democratização da produção e da circulação de conteúdo, especialmente no ambiente digital, trouxe novos desafios à qualidade da democracia. Fenômenos como *fake news*, desinformação e o discurso de ódio alteraram significativamente o ambiente político,

tornando-o mais instável e suscetível à manipulação. A expressão "pós-verdade", popularizada a partir de eventos como o plebiscito do *Brexit* e a eleição de Donald Trump, caracteriza um cenário em que fatos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos emocionais e crenças pessoais (Bernardi, 2020). A expressão *fake News* passou a ser amplamente utilizada, inclusive como forma de desacreditar reportagens verídicas, intensificando ainda mais a crise de credibilidade na mídia tradicional.

No Brasil, esse fenômeno também se manifestou de maneira evidente durante a Operação Lava Jato e o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em que os meios de comunicação exerceram um papel central na legitimação ou deslegitimação de discursos, frequentemente antecedendo as próprias instituições republicanas. Embora a disseminação de mensagens falsas não seja uma novidade histórica, o alcance das redes sociais e a velocidade com que as informações são propagadas amplificaram seu impacto. As eleições de 2018 no Brasil e os eventos políticos subsequentes foram marcados por campanhas digitais de desinformação e discurso de ódio que afetaram diretamente a estabilidade institucional e a confiança da população nas fontes tradicionais de informação.

Outro aspecto central nesse contexto é a personalização algorítmica. As plataformas digitais organizam os conteúdos com base em algoritmos que utilizam dados pessoais, como histórico de busca, *likes*, compartilhamento e tempo de leitura para definir o que será exibido para cada usuário. Isso gera os chamados filtros bolha (*filter bubbles*) e câmaras de eco (*echo chambers*), nos quais os indivíduos são expostos a perspectivas semelhantes às suas, o que reforça crenças pré-existentes e reduz o contato com a diversidade de ideias (Han, 2022). Essa dinâmica favorece a radicalização política, o reforço de identidades polarizadas e o fechamento cognitivo de determinados grupos sociais, contribuindo, assim, para a erosão dos princípios democráticos e a disrupção da democracia.

Além do fenômeno da personalização algorítmica, pesquisas demonstram que, mesmo após a correção de uma informação falsa que se tornou viral, muitos indivíduos tendem a manter suas crenças originais — um fenômeno conhecido como efeito de retrocesso (*backfire effect*). Isso demonstra que garantir o acesso à informação verificada não é suficiente, é preciso também desenvolver habilidades críticas nos usuários, para que possam interpretar e avaliar adequadamente os conteúdos que consomem. Em contextos altamente polarizados, é comum que as pessoas confiem mais em informações compartilhadas por seus pares — amigos, familiares, figuras de afinidade — do que em veículos jornalísticos, mesmo quando estes seguem critérios rigorosos de apuração e ética.

Nesse cenário, a desinformação se associa diretamente à desconfiança nas instituições e à crise de legitimidade democrática. A erosão da confiança pública, o aumento da polarização e o enfraquecimento do debate baseado em evidências configuram ameaças reais ao funcionamento das democracias. A inexistência de uma realidade compartilhada dificulta a construção de consensos básicos e inviabiliza o exercício pleno da cidadania.

Diante desse panorama, o combate à desinformação exige estratégias múltiplas e articuladas. A primeira delas é a promoção da educação digital e da alfabetização midiática informacional, com o objetivo de formar cidadãos aptos a identificar fontes confiáveis, analisar criticamente os conteúdos consumidos e compreender os mecanismos que regulam a informação no ambiente digital. Iniciativas de checagem de fatos, como as promovidas por agências como “Lupa” e “Aos Fatos”, também desempenham um papel crucial ao confrontar conteúdos enganosos e produzir informação verificada.

Outro eixo relevante é a regulação das plataformas digitais. O debate tem avançado em diversas partes do mundo — como na União Europeia, com a aprovação do *Digital Services Act* (2022), e no Brasil, com o Projeto de Lei das *Fake News* (PL 2630/2020). Essas legislações buscam estabelecer critérios de transparência para os algoritmos, responsabilizar plataformas por conteúdos ilícitos e criar mecanismos eficientes de combate à desinformação deliberada.

Por fim, é fundamental incentivar a existência de uma mídia plural, que dê espaço a veículos comunitários, independentes e a uma diversidade real de vozes. Ao mesmo tempo, torna-se necessário recuperar práticas democráticas que valorizem o diálogo, o confronto respeitoso de ideias e a escuta ativa, práticas que não podem ser substituídas por *likes*, compartilhamentos ou interações automatizadas.

Assim, a reflexão crítica sobre o papel dos meios de comunicação, tanto os tradicionais quanto os digitais, é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da democracia. O conhecimento continua sendo poder. No entanto, em uma era marcada pela desinformação em larga escala, o conhecimento assume também o papel de bem público, cuja proteção demanda políticas públicas eficazes, responsabilidade cívica e a promoção de uma educação digital e de uma alfabetização midiática e informacional robusta e transformadora.

3 ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL COMO PRÁTICA FORMADORA DE CIDADANIA

Embora a sociedade esteja em constante transformação, alguns de seus princípios fundamentais continuam essenciais. Entre eles estão o direito de expressar ideias, de acessar e

produzir informações, e de se comunicar livremente com os outros. No século XXI, essas liberdades, tradicionalmente associadas à fala, leitura e escrita, ganham novos contornos diante do avanço das tecnologias digitais e da centralidade das mídias. Nesse contexto, o direito à comunicação deve ser ampliado para incluir a capacidade de interagir criticamente com os conteúdos midiáticos e informacionais.

A chamada sociedade do conhecimento oferece um potencial democrático significativo, especialmente para os jovens. As mídias, tanto tradicionais quanto digitais, podem funcionar como recursos culturais e sociais que promovem o empoderamento individual e coletivo. Elas ampliam as possibilidades de participação, expressão e pertencimento. No entanto, essas oportunidades trazem também novos desafios. Em um mundo onde os limites entre o espaço *online* e a vida *offline* são cada vez mais difusos, torna-se difícil distinguir a experiência virtual da realidade cotidiana.

Diante disso, a alfabetização midiática e informacional se torna uma competência indispensável. Em uma sociedade marcada pela abundância de dados, pela velocidade da comunicação e pela constante circulação de informações, saber interpretar, avaliar e utilizar criticamente os conteúdos midiáticos é uma condição fundamental para o exercício pleno da cidadania. Cidadãos capazes de compreender os mecanismos da mídia e da informação são essenciais para o fortalecimento de sociedades democráticas e inclusivas.

O grande desafio contemporâneo é construir políticas públicas e estratégias educacionais que conciliem dois objetivos muitas vezes em tensão: de um lado, potencializar os benefícios trazidos pelas mídias e pelas tecnologias digitais; de outro, reduzir os riscos associados ao seu uso, como a desinformação, a violação de direitos e a exclusão digital. Essa responsabilidade é compartilhada por diversos agentes sociais: governos, instituições de ensino, empresas de tecnologia, organizações de mídia, pesquisadores, famílias e os próprios jovens. Só por meio de um esforço coletivo será possível garantir que a liberdade de expressão e o acesso à informação contribuam para uma sociedade mais crítica, participativa e equitativa (Alton, 2016).

Para que as políticas e práticas voltadas à alfabetização midiática e informacional sejam eficazes, é necessário que elas partam de uma concepção ampla e integradora. Essa concepção deve ser capaz de articular os diversos tipos de alfabetizações que emergem na sociedade digital contemporânea. Entre elas, destacam-se a alfabetização em notícias, televisiva, cinematográfica, computacional, digital, em redes sociais e no uso da internet (Alton, 2016). Cada uma dessas modalidades contempla habilidades específicas que, quando reunidas, oferecem uma base sólida para o desenvolvimento de competências essenciais ao exercício da

cidadania. Portanto, a alfabetização midiática e informacional não deve se limitar a ensinar o uso técnico das ferramentas digitais, mas precisa envolver a formação de uma postura crítica, ética e participativa diante do ecossistema informacional e midiático.

Nesse sentido, cidadãos alfabetizados midiaticamente são aqueles capazes de: a) compreender as funções sociais, políticas e culturais dos meios de comunicação e demais provedores de informação em contextos democráticos; b) identificar e acessar conteúdos relevantes com autonomia e discernimento; c) analisar criticamente a credibilidade, a intencionalidade e a qualidade das informações disponíveis, avaliando sua procedência, veracidade e utilidade; d) organizar e reinterpretar conteúdos midiáticos de maneira significativa, relacionando-os a diferentes contextos e problemáticas; e) expressar-se de forma ética e responsável em diferentes formatos e plataformas, compartilhando suas ideias e compreensões de maneira clara, respeitosa e fundamentada; f) utilizar os meios digitais e informacionais como espaços de participação social, expressão cultural, debate público e exercício da liberdade de expressão; g) engajar-se ativamente em processos de produção e disseminação de conteúdo com base em princípios democráticos, diálogo intercultural e respeito à diversidade (Alton, 2016).

Como observa Alton (2016), essas competências não apenas fortalecem a autonomia individual, mas também contribuem para a construção de sociedades mais informadas, críticas e engajadas. Em tempos marcados pela sobrecarga de informações, pela desinformação e pela polarização, formar cidadãos capazes de navegar com consciência e responsabilidade nesse ambiente informacional complexo é uma das tarefas mais urgentes para a educação contemporânea. Nesse contexto, Frau-Meigs e Torrent (2009) argumentam que indivíduos alfabetizados em mídia e informação tendem a adotar uma postura crítica em relação aos conteúdos que consomem, avaliando com maior cuidado suas fontes, intenções e credibilidade. Essa postura favorece o exercício de uma cidadania ativa e informada, além de fortalecer a capacidade de tomada de decisões em nível pessoal e coletivo.

Os benefícios da alfabetização midiática e informacional, no entanto, não se restringem ao plano individual. Ela também gera impactos positivos em áreas estratégicas da administração pública, como a economia, a saúde, a governança e a educação. Segundo os mesmos autores, a educação midiática promove o empoderamento dos cidadãos quando inserida em um contexto de governança midiática eficaz, centrada nas pessoas e atenta às novas formas de aprendizagem promovidas pelas tecnologias digitais (Frau-Meigs e Torrent, 2009).

Importante ressaltar que a alfabetização midiática e informacional, está longe de ameaçar a soberania dos Estados ou a identidade cultural das nações, atua justamente no sentido

oposto: contribui para o fortalecimento das culturas locais e para a construção de sociedades mais coesas e inclusivas. Quando integrada a políticas públicas de forma estruturada, a utilização responsável das mídias e das tecnologias da informação e comunicação pode promover relações sociais mais respeitosas e colaborativas, beneficiando todos os setores envolvidos na vida democrática (Alton, 2016). Além disso, quando orientada por valores como empatia, imaginação, persistência e empoderamento (Mihailidis, 2019), a alfabetização midiática e informacional amplia seu potencial formativo, contribuindo para o desenvolvimento integral dos cidadãos e para o fortalecimento de democracias participativas e resilientes.

A alfabetização midiática e informacional exige um questionamento ativo e pensamento crítico em relação às mensagens que produzimos e recebemos, ela representa uma concepção ampliada de alfabetização, desenvolvendo competências para aprendizes de todas as idades e requer uma prática integrada, interativa e repetida. Seu propósito é formar participantes informados, reflexivos e engajados, essenciais para uma sociedade democrática; ver as mídias como parte da cultura e agentes de socialização; e reconhecer que indivíduos utilizam suas crenças, experiências e competências para construir significados das mensagens midiáticas (Hobbs & Jensen, 2009). Esse papel vai além de transformar pessoas em consumidores competentes das culturas de massa: trata-se também de fomentar cidadania ativa e democrática.

O Brasil tem dado passos significativos no reconhecimento e na institucionalização da alfabetização midiática e informacional como componentes essenciais para a formação cidadã na era da informação. A Lei nº 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estabelece diretrizes estruturantes para o acesso, uso e promoção de práticas digitais, midiáticas e informacionais. A lei articula programas e ações entre os diferentes entes federativos, com prioridade para populações vulneráveis, com eixos que incluem inclusão digital, educação digital escolar, capacitação digital e especialização, bem como pesquisa e desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Complementando esse marco legal, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Secretaria de Políticas Digitais (SPDigi) da Secom, lançou em maio de 2025 o “Guia de Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas”. Esse documento traz fundamentos pedagógicos, definições conceituais, orientações de adaptação curricular, exemplos de boas práticas e caminhos para formação docente. Ele visa apoiar as redes de ensino na inclusão sistemática da educação digital e midiática nos currículos escolares (MEC, 2025).

Entretanto, apesar desses avanços, persistem desafios concretos. A implementação dessas políticas sofre com desigualdades de acesso à conectividade de qualidade, disparidades

regionais, infraestrutura insuficiente em muitas escolas, e lacunas na formação docente quanto ao uso crítico de mídias, tecnologias digitais e conteúdos informacionais. A pesquisa TIC Educação 2022, conduzida pelo Cetic, revela que 94% das escolas de Ensino Fundamental e Médio já possuem algum tipo de conexão à internet, mas apenas 58% dispõem simultaneamente de computadores (desktop, notebook ou tablet) e acesso à internet para uso dos alunos. Os dados se tornam ainda mais reveladores quando se segmenta por administração escolar. Nas escolas estaduais, aproximadamente 82% têm computadores e internet disponíveis para estudantes, enquanto nas redes municipais esse percentual cai para cerca de 43%. Em zonas rurais, a proporção é ainda menor, apenas 38% dessas escolas oferecem ambas as condições para uso discente.

Além disso, há lacunas significativas na capacitação docente, 44% dos professores da educação básica declararam não ter participado de formação continuada sobre uso de tecnologias digitais nos últimos 12 meses, uma queda em comparação ao ano anterior, quando esse índice era de 65%. Somam-se a isso desigualdades regionais na infraestrutura e no acesso, o que compromete que a alfabetização midiática e informacional seja efetiva, inclusiva e transforme práticas educativas de fato.

Ainda, podem ser citados outros desafios, como a necessidade de analisar a interseccionalidade das desigualdades para projetar suportes adequados a pessoas com múltiplas vulnerabilidades, reduzir as taxas de evasão e não conclusão nos diferentes programas e níveis de educação, promover contextos de aprendizado mais positivos para os alunos, reforçar o uso da avaliação dos alunos para apoiar o aprendizado com um enfoque mais formativo, promover práticas de gastos mais eficientes, combinando indicadores de resultados, metas de insumos e melhor monitoramento, e capacitação dos profissionais da educação para o uso adequado das tecnologias, bem como a necessidade de alfabetização mediática e digital (OECD, 2021;2024).

Portanto, ainda que o Brasil esteja num momento de reconhecimento crescente da importância da alfabetização midiática e informacional, o país enfrenta lacunas estruturais que precisam ser superadas para que essa educação se torne efetiva, inclusiva e transformadora: garantir formação docente contínua e qualificada, equipar escolas com infraestrutura adequada, assegurar conectividade de qualidade para todos os alunos e implementação equitativa entre regiões.

Diante do cenário apresentado, a alfabetização midiática e informacional emerge como ferramenta essencial para enfrentar os perigos da desinformação, das *fake news* e do discurso de ódio. Ao desenvolver nos cidadãos habilidades para analisar, questionar e refletir

criticamente sobre o conteúdo veiculado nas mídias sociais e em outros meios, a alfabetização midiática e informacional promove não apenas o discernimento, mas também protege a liberdade de expressão e sustenta os fundamentos democráticos.

Nesse sentido, a educação digital e a alfabetização midiática e informacional constituem pilares fundamentais para a construção de um ambiente digital mais seguro, plural, ético e inclusivo.

CONCLUSÃO

A socialização política dos jovens, em um cenário profundamente marcado pela digitalização da vida cotidiana, revela-se como um processo multifacetado e em constante transformação. A convivência entre agentes tradicionais, como a família e a escola, e os novos espaços digitais, como redes sociais e plataformas de comunicação, configura um ecossistema híbrido de formação política e cidadã. Nesse contexto, os jovens não apenas consomem informações, mas também as produzem, reinterpretam e compartilham, muitas vezes atuando como protagonistas na construção de narrativas públicas e na mobilização social. No entanto, esse protagonismo exige o desenvolvimento de competências críticas que permitam a análise, a interpretação e o uso ético dos conteúdos midiáticos e informacionais.

A evolução dos meios de comunicação, da imprensa e da radiodifusão às plataformas digitais contemporâneas, tem desempenhado papel decisivo na mediação das relações sociais e na configuração das práticas políticas. A transição para o ambiente digital reconfigurou a forma como os indivíduos se informam e se posicionam politicamente, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso à informação e às possibilidades de expressão. Esse processo democratizou o debate público e permitiu a emergência de novas vozes, especialmente entre jovens, coletivos periféricos e movimentos sociais. Contudo, a arquitetura das plataformas digitais, regulada por algoritmos que priorizam engajamento, promove um consumo de informação enviesado e personalizado, contribuindo para o surgimento de filtros bolha e câmaras de eco, que limitam a exposição à diversidade de ideias e reforçam crenças preexistentes.

Essa lógica algorítmica intensifica o fechamento cognitivo e compromete a construção de uma esfera pública plural e deliberativa. Em vez de fomentar o diálogo com base em evidências e respeito à diversidade, as plataformas frequentemente estimulam uma dinâmica de polarização afetiva, em que divergências são percebidas como ameaças. A propagação de *fake news*, discursos de ódio e desinformação, somada à ausência de mecanismos eficazes de verificação, fragiliza a confiança nas instituições e inviabiliza o consenso em torno de valores

democráticos básicos. Assim, embora as mídias digitais tenham potencial emancipatório, seu uso desregulado e acrítico pode minar as bases da democracia que visam ampliar.

Diante desse cenário, a alfabetização midiática e informacional se apresenta como uma estratégia fundamental para a promoção de uma cidadania crítica e a defesa da democracia. Ao ir além do domínio técnico das tecnologias digitais, a alfabetização midiática e informacional busca formar sujeitos capazes de compreender os papéis políticos, sociais e culturais das mídias, identificar manipulações, avaliar criticamente as informações e se expressar de forma ética e fundamentada. No Brasil, iniciativas como a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e o Guia de Educação Digital e Midiática (2025) sinalizam avanços importantes na institucionalização desse campo. No entanto, persistem obstáculos significativos, como desigualdades regionais, carência de infraestrutura tecnológica e lacunas na formação docente, que limitam o alcance e a eficácia dessas políticas.

Assim, é imperativo que se consolidem políticas públicas integradas, que garantam o acesso equitativo às tecnologias, fomentem a capacitação continuada dos educadores e promovam ações intersetoriais entre Estado, escolas, comunidades e plataformas digitais. Compreender a alfabetização midiática e informacional como um direito fundamental na era digital é essencial para proteger os indivíduos contra os riscos da desinformação e para sustentar uma cultura democrática baseada na pluralidade, no pensamento crítico e na participação ativa. Formar jovens aptos a navegar com autonomia, discernimento e responsabilidade no ecossistema midiático contemporâneo é, portanto, um compromisso ético, político e pedagógico inadiável — e um dos pilares centrais para a construção de democracias mais justas, inclusivas e resilientes.

REFERÊNCIAS

BACON, Fracis. **Da proficiência e o avanço do conhecimento divino e humano**. Editora Madras, 2006.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Desigualdade e democracia na America Latina: o papel da inercia na construcao de uma cultura política democratica. In: seminario internacional de ciencia politica, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2015.

BECK, Paul A. The role of agents in political socialization. In: RENSHON, Stanley A. **Handbook of political socialization: theory and research**. Nova Iorque/Londres: The Free Press, 1977.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Fake news e as eleições de 2018 no Brasil: como diminuir a desinformação?** Curitiba: Editora Appris, 2020.

BOYD, D. **It's complicated**: the social lives of networked teens. London: Yale University Press, 2014.

BUCKINGHAM, D. **Media Education**: Literacy, Learning and Contemporary Culture. Cambridge: Polity Press, 2007.

CASTELLS, M. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. Lisboa: Portugal, 2002a.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M., CARDOSO, G., DEBATE (eds.). **A Sociedade em rede - do conhecimento à ação política** Centro Cultural de Belém, 2005, p. 17-30.

CERIGATTO, M. P. **Educação, mídia e cultura digital na educação de jovens e adultos**. Horizontes, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2020.

Conectividade nas escolas brasileiras aumenta após a pandemia, mas faltam dispositivos para acesso à Internet pelos alunos, revela TIC Educação 2022. Disponível em: https://nic.br/noticia/releases/conectividade-nas-escolas-brasileiras-aumenta-apos-a-pandemia-mas-faltam-dispositivos-para-acesso-a-internet-pelos-alunos-revela-tic-educacao-2022/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 de out. 2025.

DAHL, Robert A. **A poliarquia**: participacao e oposicao. Sao Paulo: EDUSP, 1997.

EASTON, David; DENNIS, Jack. The child's acquisition of regime norms: political efficacy. **American Political Science Review**, v. 61, n. 1, p. 25-38, 1967.

FONSECA, Francisco. Midia, poder e democracia: teoria e praxis dos meios de comunicacao. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41-69, 2011.

FRAU-MEIGS, D.; TORRENT, J. **Mapping media education policies in the world: visions, programmes and challenges**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: https://www.scipedia.com/public/Frau-Meigs_Torrent_2009a. Acesso em: 12 out. 2025.

Grizzle, Alton. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias / Alton Grizzle, Penny Moore, Michael Dezuanni e outros. – Brasília : UNESCO, Cetic.br, 2016.

HOBBS, Renee. **Digital and Media Literacy**: A Plan of Action. Washington, D.C.: The Aspen Institute, 2010. Disponível em: https://www.aspeninstitute.org/wp-content/uploads/files/content/docs/pubs/Digital_and_Media_Literacy.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

HOBBS, R.; JENSEN, A. **The past, present, and future of media literacy education**. *Journal of Media Literacy Education*, v. 1, n. 1, p. 1–11, 2009. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol1/iss1/1/>. Acesso em: 12 out. 2025.

MATTELART, Armand. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. Encontro latino de economia política da informação, comunicação e cultura, 5., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005.

MESQUITA, Nuno Coimbra. **Mídia e democracia no Brasil: jornal nacional, crise política e confiança nas instituições**. 2018. 236 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MIHAILIDIS, Paul. **Civic medias literacy: re-imagining human connection in an age of digital abundance**. New York: Routledge, 2019.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MCLUHANN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. The MIT Press, 1994.

Novo resumo de políticas da UNESCO sobre Respostas de Alfabetização Midiática e Informacional à IA Generativa. Disponível em: https://iite.unesco.org/news/new-unesco-policy-brief-on-media-and-information-literacy-responses-to-generative-ai/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 de out. 2025.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You**. New York: Penguin Press, 2011.

Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2023 [livro eletrônico] = Survey on the use of information and communication technologies in Brazilian schools: ICT in Education 2023 / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. -- ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024.

POWELL, G. Bingham et al. **Comparative politics today: a world view**. Pearson Higher Ed., 2015.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-educacao-midiatica.pdf/view. Acesso em: 12 out. 2025.

SCHMIDT, Joao Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. 391 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

STORINO, Fábio. TIC Domicílios 2024. Lançamento de dados. Semana de inovação 2024. Brasília, 2024.

TIC Educação 2022: Conexão à internet melhora nas escolas, mas qualidade ainda é limitada. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/tic->

[educacao-2022-cresce-o-indice-de-escolas-com-acesso-a-internet-de-qualidade/?utm_source=chatgpt.com](#). Acesso em: 10 de out. 2025.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

THE MEDIA LITERACY INDEX PRESENTED AT A MAJOR CONFERENCE IN BRUSSELS, 2024. Disponível em: <https://osis.bg/?p=4691&lang=en>. Acesso em: 09 de out. 2025.

WASBURN, Philo C.; COVERT, Tawnya J. Adkins. **Making citizens**: political socialization research and beyond. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2017.

WE ARE SOCIAL. **Global digital report**. 2025. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/>. Acesso em: 09 de out. 2025.

Submetido em 12.10.2025

Aceito em 15.10.2025